



Evrecy Participações Ltda.

Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

ÍNDICE

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	
1. Contexto operacional.....	10
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.....	11
3. Principais práticas contábeis.....	11
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador	16
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	17
6. Aplicações financeiras.....	17
7. Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias.....	18
8. Imobilizado.....	19
9. Intangível.....	23
10. Tributos e encargos sociais a recolher	24
11. Encargos regulatórios a recolher	24
12. Patrimônio líquido.....	24
13. Receita operacional bruta	26
14. Resultado financeiro.....	28
15. Imposto de renda e contribuição social	28
16. Transações com partes relacionadas.....	28
17. Instrumentos financeiros	29
18. Seguros	30
19. Eventos subsequentes.....	31
20. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário.....	32
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	37

Evrecy Participações Ltda.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	142	108
Aplicações financeiras	6	3.274	1.788
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	7	1.007	1.243
Estoques		60	171
Tributos e contribuições a compensar		5	2
Outros		16	59
		4.504	3.371
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	7	61	60
Cauções e depósitos vinculados		10	10
Outros		122	-
		193	70
Imobilizado	8	36.634	39.714
Intangível	9	922	988
		37.556	40.702
Total do ativo		42.253	44.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Evrecy Participações Ltda.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2019	2018
Passivo circulante			
Fornecedores		195	305
Tributos e encargos sociais a recolher	10	134	129
Encargos regulatórios a recolher	11	73	86
Parcela de ajuste - PA	13.3	1.111	2.281
Outros		181	54
		1.694	2.855
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15 (a)	172	2.423
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	8	3.498	3.777
Encargos regulatórios a recolher	11	225	179
		3.895	6.379
Patrimônio líquido			
Capital social	12 (a)	21.512	21.512
Reservas de lucros	12 (c)	9.748	8.692
Reserva de reavaliação	12 (d)	5.404	4.705
		36.664	34.909
Total do patrimônio líquido		36.664	34.909
Total do passivo e do patrimônio líquido		42.253	44.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Evrecy Participações Ltda.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2019	2018
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	13	10.079	10.382
Outras receitas	13	304	279
		10.383	10.661
Tributos			
PIS-PASEP		(60)	(80)
COFINS		(276)	(370)
		(336)	(450)
Encargos			
Reserva Global de Reversão – RGR		(322)	(265)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(31)	(36)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(93)	(93)
		(446)	(394)
Receita líquida		9.601	9.817
Custos e despesas			
Pessoal		(214)	(1.553)
Material		(51)	(90)
Serviços de terceiros		(2.041)	(2.041)
Provisão para demandas judiciais		-	(1)
Depreciação e amortização		(1.804)	(1.437)
Seguros		(52)	(54)
Doações, contribuições e subvenções.		(22)	(15)
Arrendamento e aluguéis		(347)	(341)
Tributos		(7)	(5)
Gastos diversos		(6)	(2)
		(4.544)	(5.539)
Resultado da atividade		5.057	4.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Evrecy Participações Ltda.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(continuação)	Nota	2019	2018
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	228	135
Despesas financeiras	14	(17)	(22)
		211	113
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		5.268	4.391
Despesas com imposto de renda e contribuição social			
Corrente	15	(379)	(424)
Diferido		(172)	-
Lucro líquido do exercício		4.717	3.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Evrecy Participações Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	4.717	3.967
Outros resultados abrangentes – reserva de reavaliação	<u>699</u>	<u>4.705</u>
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u><u>5.416</u></u>	<u><u>8.672</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Evrecy Participações Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

		Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva para retenção de lucros	Reserva especial de lucros a realizar	Lucros acumulados	Reserva de reavaliação	Total
Em 31 de dezembro de 2017		21.512	2.261	7.964	-	-	-	31.737
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.967	-	3.967
Reserva legal	12 (c)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	12 (c)	-	-	(10.642)	-	10.642	-	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	14.609	(14.609)	-	-
Reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	4.705	4.705
Dividendos	12 (b)	-	-	(5.500)	-	-	-	(5.500)
Em 31 de dezembro de 2018		21.512	2.261	(8.178)	14.609	-	4.705	34.909
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.717	-	4.717
Reserva legal	12 (c)	-	210	-	-	(210)	-	-
Reserva de retenção de lucros	12 (c)	-	-	3.037	-	(3.037)	-	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	(2.191)	2.191	-	-
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	539	(539)	-
Constituição da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	1.238	1.238
Dividendos	12 (b)	-	-	-	-	(4.200)	-	(4.200)
Em 31 de dezembro de 2019		21.512	2.471	(5.141)	12.418	-	5.404	36.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Evrecy Participações Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.717	3.967
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1.804	1.437
Imposto de renda e contribuição social diferidos	172	-
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	9	10
	<u>6.702</u>	<u>5.414</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	235	(541)
Estoque	111	114
Tributos e contribuições a compensar	(3)	-
Cauções e depósitos vinculados	-	-
Outros	(77)	64
	<u>266</u>	<u>(363)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(110)	77
Tributos e encargos sociais a recolher	5	(33)
Encargos regulatórios a recolher	24	(321)
Obrigações trabalhistas	-	(160)
Parcela de Ajuste - PA	(1.170)	2.281
Outros	127	(320)
	<u>(1.124)</u>	<u>1.524</u>
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	<u>5.844</u>	<u>6.575</u>
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(1.486)	(1.006)
Imobilizado (nota 8 (b))	(124)	(21)
Fluxo de caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimento	<u>(1.610)</u>	<u>(1.027)</u>
Atividades de financiamento		
Dividendos Pagos (nota 12 (b))	(4.200)	(5.500)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	<u>(4.200)</u>	<u>(5.500)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u><u>34</u></u>	<u><u>48</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	142	108
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>108</u>	<u>60</u>
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u><u>34</u></u>	<u><u>48</u></u>

O total de imposto de renda e contribuição pagos no exercício foi de R\$314 (R\$348 em 2018).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Evrecy Participações LTDA. (“Empresa”), constituída em 21 de novembro de 2006, controlada pela CTEEP - Empresa de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, controladora) domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre C Cristal, andar 5,6 e 7, Vila Gertrudes., autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão, linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 03 de Março de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou através da Resolução Autorizativa nº 1.823, a transferência de concessão de transmissão da Castelo Energética S.A. – CESA para a Empresa, regida pelo contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 – ANEEL, de 14 de novembro de 2008.

Em 13 de outubro de 2009, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo de Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 – ANEEL, formalizando a transferência da concessão regida pelo referido contrato para a Companhia com prazo de concessão até 17 de julho de 2025.

Em 17 de janeiro de 2012, a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 3.300, anuiu a transferência do controle societário direto da Empresa detida pela Energest S.A. para a EDP – Energias do Brasil S.A.

Em 11 de dezembro de 2012, a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 3.788, anuiu a alteração do controle societário direto da Empresa detida pela EDP - Energias do Brasil S.A. para a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, alienação essa realizada e finalizada em 21 de dezembro de 2012.

1.2 Concessões

A Empresa possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês base
020/2008	30	17.07.25	4 anos	2021	IGPM	10.401	06/19

Linhas de Transmissão Governador Valadares - Conselheiro Pena (230kV); Conselheiro Pena - Aimorés (230kV); Aimorés - Mascarenhas (circuito 1) (230kV) e Subestações Conselheiro Pena (230 kv), Aimorés (230 kv) e Mascarenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O Contrato de Concessão nº 020/2008, prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2 Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605 em 11 de março de 2014 e orientações do Despacho nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são distintas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Empresa. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos, entretanto, quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 20 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

3 Principais práticas Contábeis Regulatórias

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que o ONS apura/reconhece os valores que a Empresa tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Empresa optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Empresa pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais,

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos, fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar anualmente um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.4 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para impairment.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a empresa administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

A Empresa tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 13.3).

3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.8 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.9 Reserva de Reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 não permite a reavaliação de bens. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

3.10 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.11 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.12 Arrendamentos

(a) A Empresa como arrendatária

- Arrendamentos operacionais

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática for mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.13 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.14 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Empresa.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

3.16 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O contrato social prevê destinação do lucro líquido conforme descrito na nota 12 (b).

3.17 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Empresa, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.18 Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019:

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Empresa avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de performance.

- **CPC nº48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)**

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

- **CPC nº 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 - Leases) e Deliberação CVM nº 787 em 21 de dezembro de 2017**

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos.

Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

• ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	142	108
	<u>142</u>	<u>108</u>

6 Aplicações financeiras

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2019 % do CDI	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		1.108	1.788
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes	98,4%	1.095	-
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		<u>1.071</u>	<u>-</u>
		<u>3.274</u>	<u>1.788</u>

A Empresa concentra as suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimento:

- Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Coral.
- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detêm títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7 Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias

	Corrente a vencer		Corrente vencida				
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	2019	2018
Transmissão de Energia							
Encargos de uso da Rede Elétrica	1.004	1	1	1	61	1.068	1.303
	1.004	1	1	1	61	1.068	1.303

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Empresa e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

(a) Imobilizado em serviço

	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Reavaliação (D)</u>	<u>Custo em 2019</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)+(D)</u>	<u>Depreciação acum.</u>	<u>Saldo em 2019</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Obrigações especiais brutas</u>	<u>Amortização acum.</u>	<u>Obrigações especiais líquidas</u>
Transmissão													
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.278	-	-	-	(207)	1.071	(207)	(535)	536	656	-	-	-
Máquinas e equipamentos	158.114	-	-	-	(7.373)	150.741	(7.373)	(115.304)	35.437	38.518	(7.525)	4.027	(3.498)
Administração													
Máquinas e equipamentos	42	-	-	12	1	55	13	(8)	47	38	-	-	-
Móveis e utensílios	5	-	-	-	-	5	-	(1)	4	4	-	-	-
Subtotal	159.439	-	-	12	(7.579)	151.872	(7.567)	(115.848)	36.024	39.216	(7.525)	4.027	(3.498)

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Imobilizado em curso

	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Reavaliação (D)</u>	<u>Custo em 2019</u>	<u>Adições líquidas = (A)- (B)+(C)+(D)</u>	<u>Depreciação acum.</u>	<u>Saldo em 2019</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Obrigações especiais brutas</u>	<u>Amorti- zação acum.</u>	<u>Obrigações especiais líquidas</u>
Transmissão													
Máquinas e equipamentos	162	-	-	-	-	162	-	-	162	162			
Outros	323	111	-	-	-	434	111	-	434	323			
Administração													
Máquinas e equipamentos	13	13	-	(12)	-	14	1	-	14	13			
Subtotal	498	124	-	(12)	-	610	112	-	610	498			
Total do Ativo Imobilizado	159.937	124	-	-	(7.579)	152.482	(7.455)	(115.848)	36.634	39.714	(7.525)	4.027	(3.498)

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) Taxas anuais de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019		2018	
		Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Edificações, obras civis e benfeitorias.	3,46%	1.277	(366)	911	498
Edificações, obras civis e benf. - reavaliação	2,78%	(206)	(169)	(375)	158
Máquinas e equipamentos	4,17%	158.114	(71.918)	86.196	31.780
Máquinas e equipamentos - reavaliação	3,83%	(7.373)	(43.386)	(50.759)	6.738
Administração					
Máquinas e equipamentos	9,46%	55	(8)	47	38
Móveis e utensílios	6,25%	5	(1)	4	4
		151.872	(115.848)	36.024	39.216
Em Curso					
Transmissão		597	-	597	485
Administração		13	-	13	13
		610	-	610	498
		152.482	(115.848)	36.634	39.714

(d) Composição das adições do imobilizado em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	Material/ Equipamentos	Total
Máquinas e equipamentos	13	13
Material em depósito	111	111
Total das adições	124	124

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(e) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transfe- rências (C)</u>	<u>Custo em 2019</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação acum.</u>	<u>Saldo em 2019</u>	<u>Saldo em 2018</u>
Transmissão em Serviço									
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido	(7.525)	-	-	-	(7.525)	-	4.027	(3.498)	(3.777)
Total	(7.525)	-	-	-	(7.525)	-	4.027	(3.498)	(3.777)

(f) Taxas anuais de depreciação das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

		<u>2019</u>	<u>2018</u>		
	<u>Taxas anuais médias de depreciação (%)</u>	<u>Bruto</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>
Em Serviço					
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido	3,77%	(7.525)	4.027	(3.498)	(3.777)
		(7.525)	4.027	(3.498)	(3.777)

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

a) Ativo intangível em serviço

	Custo em 2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação (D)	Custo em 2019	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)+(D)	Amortização acum.	Saldo em 2019	Saldo em 2018
Transmissão										
Servidões	910	-	-	-	-	910	-	-	910	910
Softwares	8	-	-	-	1	9	1	(9)	-	-
Administração										
Softwares	330	-	-	-	-	330	-	(318)	12	78
Total do ativo intangível	1.248	-	-	-	1	1.249	1	(327)	922	988

b) Taxas anuais de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2019			2018
		Bruto	Amortização acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Servidões	-	910	-	910	678
Servidão - reavaliação	-	-	-	-	232
Softwares	20,00%	9	(9)	-	-
Administração					
Softwares	20,00%	330	(318)	12	78
		1.249	(327)	922	988

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de renda	58	60
Contribuição social	39	38
COFINS	25	19
PIS	5	4
Imposto de renda retido na fonte	3	-
Outros	4	8
	<u>134</u>	<u>129</u>

11 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	298	265
	<u>298</u>	<u>265</u>
Circulante	<u>73</u>	<u>86</u>
Não circulante	<u>225</u>	<u>179</u>

(i) A Empresa reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

12 Patrimônio líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Empresa e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC e as Normas Internacionais de Contabilidade, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas em 12 de março de 2020 e disponibilizadas em 13 de março de 2020.

(a) Capital social

O capital social autorizado da Empresa em 2019 e 2018 é de 21.512.000, em quotas iguais, todas nominativas com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2019 e 2018 totaliza R\$21.512 e está representado por quotas.

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Dividendos

Em 29 de junho de 2018, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos quotistas no montante de R\$4.000, correspondente a R\$0,18594 por quota.

Em 27 de dezembro de 2018, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos quotistas no montante de R\$1.500, correspondente a R\$0,069728 por quota.

Em 26 de novembro de 2019, com base na política de reconhecimento de dividendos descrita na nota 3.16, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos quotistas no montante de R\$4.200, correspondente a R\$0,01952 por quota.

O contrato social da Empresa prevê que o lucro líquido anualmente apurado terá a destinação que lhe for determinada pelos sócios que representem a maioria do capital social.

(c) Reservas de lucros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reserva legal (i)	2.471	2.261
Reserva de retenção de lucros (ii)	(5.141)	(8.178)
Reserva especial de lucros a realizar (iii)	12.418	14.609
	<u>9.748</u>	<u>8.692</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido o lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender o orçamento planejado e aprovado, através de resolução de quotistas.

(iii) Reserva especial de lucros a realizar

A reserva especial de lucros a realizar foi constituída com base nas demonstrações financeiras societárias, portanto a administração, considerando que o ajuste da aplicação do ICPC01 (R1) e da adoção inicial do CPC 47 não compõe parcela realizada do lucro líquido do exercício, e sendo assim, propõe a destinação do resultado desta operação para reserva especial de lucros a realizar, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Empresa destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

(d) Reserva de reavaliação

O saldo residual do ativo imobilizado referente à Base de Remuneração, em 31 de dezembro de 2018, totalizava R\$28.021, o valor homologado pela ANEEL, equivalente ao VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de janeiro de 2017, para estes ativos é de R\$36.648. A reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente em 31 de dezembro de 2018, conforme processo ANEEL nº 48500.001618/2018-10 de Junho de 2018, depreciado e atualizado de acordo com PRORET 9.1, que prevê a atualização do valor homologado pelo IPCA até a data base

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

da homologação do referido laudo em Junho de 2018. Conforme demonstrado abaixo:

(=)	Total do Laudo Homologado	36.648
(+)	Atualização IPCA Fev/17 a Jun/18	1.913
(-)	Baixa de reavaliação referente as desativações	(1.186)
(-)	Depreciação Fev/17 a Dez/19	(3.778)
(a)	Total	33.597
(b)	Saldo Residual BRR 31/12/18	28.021
(a) - (b)	Total da Reavaliação	5.576
(c)	IR/CS Diferido	(172)
(=)	PL Reserva de Reavaliação	5.404

13 Receita operacional bruta

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta		
Rede básica	8.100	8.714
Demais Instalações de Transmissão - DIT	1.979	1.668
Aluguéis	304	279
	<u>10.383</u>	<u>10.661</u>

13.1 Revisão Tarifária Periódica

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A última revisão tarifária periódica da Empresa foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 2.404, de 19 de junho de 2018, reduzindo a RAP em 16,7%, vigente a partir de 01 de julho de 2018.

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas na nota 1.2.

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 729 de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. As duas situações são reconhecidas como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Resolução Normativa n.º 782/2017, atualizou a REN n.º729/16, extinguindo o adicional de RAP para todas as transmissoras a partir de março de 2018.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

13.3 Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2019, foi publicada a Resolução Homologatória n.º 2.565, estabelecendo as receitas anuais permitidas da empresa, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

De acordo com a Resolução Homologatória n.º 2.565, a RAP e valores correspondentes a parcela de ajuste da Empresa, líquidas de PIS e COFINS, (denominada Receita Regulatória) que era de R\$7.164 em 01 de julho de 2018, passou para R\$10.401 em 01 de julho de 2019, apresentando um aumento de R\$3.237, equivalente a 45,18%.

A Receita Regulatória da Empresa, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2019 até 30 de junho de 2020 apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica		Demais Instalações de Transmissão – DIT		Total
	Novos investimentos	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
020/2008	10.357	(2.122)	2.266	(100)	10.401
	<u>10.357</u>	<u>(2.122)</u>	<u>2.266</u>	<u>(100)</u>	<u>10.401</u>

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14 Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	222	128
Juros ativos	2	1
Variações monetárias	1	1
Outras	3	5
	<u>228</u>	<u>135</u>
Despesas		
Variações monetárias	(9)	(10)
Outras	(8)	(12)
	<u>(17)</u>	<u>(22)</u>
	<u>211</u>	<u>113</u>

15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/2014.

Desde janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei 12.973/2014, o imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes totalizam R\$379 (R\$424 em 2018), que representam o valor efetivamente recolhido à Receita Federal no exercício de 2019.

A empresa adota o regime de lucro presumido.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$172 no passivo (R\$2.423 em 2018) refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as operações de reserva de reavaliação

16 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	44	168	(205)	(81)
Prestação de serviços	CTEEP	<u>82</u>	<u>78</u>	<u>(923)</u>	<u>(920)</u>
		<u>126</u>	<u>246</u>	<u>(1.128)</u>	<u>(1.001)</u>

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de outros passivos, no passivo circulante.

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A política de remuneração da Empresa não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados entre a Empresa e a ISA CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Empresa no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Empresa.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes.

17 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e bancos	-	142	108
Aplicações financeiras	2	3.274	1.788
Empréstimos e recebíveis			
Concessionárias e Permissionárias			
Circulante	-	1.007	1.243
Não circulante	-	61	60
Cauções e depósitos vinculados	-	10	10
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Fornecedores	-	195	305

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Empresa classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Empresa podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Empresa mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Empresa mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Empresa são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 13).
- (iii) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Empresa são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Empresa é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

18 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	19/12/19 a 19/12/20	83.933	44
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/19 a 19/12/20	50.000(*)	-
			<u>44</u>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Empresa.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(*) A Empresa é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19 Eventos subsequentes

Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A Empresa vem acompanhando os impactos do COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema, entretanto considera que as ações que o Governo vem estruturando de suporte ao Setor de Energia Elétrica se mostrarão eficientes para conter estes riscos. Adicionalmente, a Empresa segue diligente no acompanhamento dos prazos de obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Até o momento não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração nas demonstrações contábeis.

A Administração também implementou medidas de precaução para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco e garantir continuidade e qualidade de suas operações, tais como: rodízio de operadores em grupo fixo, sistemas de contingência, restrições de viagens, ampliação de trabalho remoto e acompanhamento diário quadro de saúde e bem estar dos colaboradores.

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20 Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Normas Internacionais de Contabilidade para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as apresentadas conforme práticas societárias.

Ativo	2019			2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	142	-	142	108	-	108
Aplicações financeiras	3.274	-	3.274	1.788	-	1.788
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	1.007	(1.007)	-	1.243	(1.243)	-
Ativo de concessão	-	8.027	8.027	-	6.679	6.679
Estoques	60	-	60	171	-	171
Tributos e contribuições a compensar	5	-	5	2	-	2
Outros	16	(4)	12	59	-	59
	4.504	7.016	11.520	3.371	5.436	8.807
Ativo não circulante						
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	61	(61)	-	60	-	60
Ativo de concessão	-	42.698	42.698	-	45.554	45.554
Estoques	-	346	346	-	236	236
Cauções e Depósitos Vinculados	10	-	10	10	-	10
Outros	122	-	122	-	-	-
	193	42.983	43.176	70	45.790	45.860
Imobilizado	36.634	(36.559)	75	39.714	(39.702)	12
Intangível	922	(915)	7	988	(917)	71
	37.556	(37.474)	82	40.702	(40.619)	83
Total do ativo	42.253	12.525	54.778	44.143	10.607	54.750

Evrecy Participações Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	2018			2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo circulante						
Arrendamentos	-	70	70			
Fornecedores	195	-	195	305	-	305
Tributos e encargos sociais a recolher	134	-	134	129	-	129
Encargos Regulatórios a recolher	73	-	73	86	-	86
Obrigações sociais e trabalhistas		-				-
Parcela Ajuste - PA	1.111	-	1.111	2.281	(1.242)	1.039
Outros	181	-	181	54	(1)	53
	1.694	70	1.764	2.855	(1.243)	1.612
Passivo não circulante						
Encargos Regulatórios a recolher	225	-	225	179	-	179
PIS COFINS Diferidos	-	1.812	1.812	-	1.907	1.907
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	172	1.357	1.529	2.423	(814)	1.609
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	3.498	(3.498)	-	3.777	(3.777)	-
	3.895	(329)	3.566	6.379	(2.684)	3.695
Total do passivo	5.589	(259)	5.330	9.234	(3.927)	5.307
Patrimônio líquido						
Capital social	21.512	-	21.512	21.512	-	21.512
Reservas de lucros	9.748	18.188	27.936	8.692	19.239	27.931
Reserva de reavaliação	5.404	(5.404)	-	4.705	(4.705)	-
Total do patrimônio líquido	36.664	12.784	49.448	34.909	14.534	49.443
Total do passivo e do patrimônio líquido	42.253	12.525	54.778	44.143	10.607	54.750

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Demonstrações dos resultados	2019			2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Disponibilização do sistema de transmissão	10.079	(2.577)	7.502	10.382	(1.530)	8.852
Outras Receitas	304	-	304	279	-	279
	10.383	(2.577)	7.806	10.661	(1.530)	9.131
Tributos						
PIS-PASEP	(60)	17	(43)	(80)	(126)	(206)
COFINS	(276)	77	(199)	(370)	(584)	(954)
	(336)	94	(242)	(450)	(710)	(1.160)
Encargos						
Reserva Global de Reversão – RGR	(322)	-	(322)	(265)	-	(265)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(31)	-	(31)	(36)	-	(36)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(93)	-	(93)	(93)	-	(93)
	(446)	-	(446)	(394)	-	(394)
Receita Líquida	9.601	(2.483)	7.118	9.817	(2.240)	7.577
Custos e despesas						
Pessoal	(214)	214	-	(1.553)	-	(1.553)
Material	(51)	(13)	(64)	(90)	(22)	(112)
Serviços de terceiros	(2.041)	(215)	(2.256)	(2.041)	-	(2.041)
Provisões para demandas judiciais	-	-	-	(1)	-	(1)
Depreciação e amortização	(1.804)	1.671	(133)	(1.437)	1.373	(64)
Seguros	(52)	-	(52)	(54)	-	(54)
Doações, contribuições e subvenções	(22)	-	(22)	(15)	-	(15)
Arrendamento e aluguéis	(347)	69	(278)	(341)	-	(341)
Tributos	(7)	-	(7)	(5)	5	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	(10.733)	(10.733)
Gastos diversos	(6)	-	(6)	(2)	(2)	(4)
	(4.544)	1.726	(2.818)	(5.539)	(9.379)	(14.918)
Resultado da atividade	5.057	(757)	4.300	4.278	(11.619)	(7.341)
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	228	-	228	135	-	135
Despesas financeiras	(17)	(7)	(24)	(22)	-	(22)
	211	(7)	204	113	-	113
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	5.268	(764)	4.504	4.391	(11.619)	(7.228)
Despesas com Impostos	(551)	252	(299)	(424)	543	119
Resultado líquido do exercício	4.717	(512)	4.205	3.967	(11.076)	(7.109)

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

20.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Empresa adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Empresa estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(b) Ativo de concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

20.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

Evrecy Participações Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS refere-se às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme regime competência apresentado no balanço societário. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

20.4 Arrendamentos

Os ajustes de arrendamento mercantil são relativos à adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

A Empresa possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamentos” referente aos pagamentos futuros no montante de R\$131 e “Imobilizado” referente o direito de uso no montante de R\$131, líquidos de depreciação.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Cotistas e Administradores da
Evrecy Participações Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Evrecy Participações Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Outros assuntos

A Evrecy Participações Ltda. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre a qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 12 de março de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA021419/O-4-T-SP